

O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha

Juscinaldo Goes Almeida

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: juscinaldogoes@hotmail.com

Ronaldo Barros Sodré

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: ronaldo-sodr@hotmail.com

José Sampaio de Mattos Júnior

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: sampaio.uema@gmail.com

Resumo

Em 2016 o departamento criado para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA fora extinto, engana-se, porém, que se tenha findado os investimentos públicos e privados para a Região. A fronteira agrícola continua avançando sobre os cerrados e ameaçando o modo de vida das populações ali estabelecidas. O crescimento das áreas plantadas de soja e dos conflitos socioterritoriais são indicativos dos impactos do agronegócio nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No Maranhão, em pouco mais de duas décadas a microrregião de Chapadinha teve o maior aumento da área plantada de soja entre as demais microrregiões do MATOPIBA, é nela também que tivemos os maiores números de conflitos por terra da Região, quadro bastante representativo das relações estabelecidas pelo agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

The MATOPIBA in the Maranhão plateau: impacts of the expansion of agrobusiness in the Chapadinha microregion

Abstract

By 2016 the department created to oversee development in the MATOPIBA had been dissolved, however, this did not end public and private investments in the region. The agricultural frontier continues advancing across the cerrado and threatening the lifeways of established populations. The increase in planted areas of soy and socioterritorial conflicts are indicative of the impacts of agribusiness in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia. In Maranhão, over little more than two decades, the microregion of Chapadinha underwent the largest increase in the planted area of soy of all MATOPIBA microregions. It is also the region experiencing the greatest number of land conflicts in the region, exemplifying the relationships established by Brazilian agribusiness.

Keywords: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

El MATOPIBA en las chapadas maranhenses: impactos de la expansión del agronegocio en la microrregión de Chapadinha

Resumen

En 2016 el departamento creado para responder al desarrollo del MATOPIBA fue eliminado, engañándose, sin embargo, ya que se acabaron las inversiones públicas y privadas para la región. La frontera agrícola continúa avanzando sobre los cerrados y amenazando al modo de vida de las poblaciones allí establecidas. El crecimiento de las áreas plantadas de soja y de los conflictos socioterritoriales son indicativos de los impactos del agronegocio en los estados de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía. En Maranhão, en poco más de dos décadas, la microrregión de Chapadinha tuvo el mayor aumento de área plantada de soja dentro de las microrregiones de MATOPIBA, es en ella también donde tuvimos el mayor número de conflictos por la tierra en la Región, cuadro bastante representativo de las relaciones establecidas por el agronegocio brasileño.

Palabras-clave: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

Introdução

Hodiernamente uma das formas de expressão do capital no campo brasileiro está na dinâmica socioespacial que se manifesta sobre a forma de uma fronteira agrícola que se expande e se consolida como um novo espaço de (re) produção social e econômica. Ela carrega as múltiplas contradições das áreas de territorialização do agronegócio, somadas as perspectivas de expansão de novas áreas que derivam novas paisagens no rural e no urbano, bem como, cria novas relações de trabalho pautadas na unidade de produção capitalista.

Nesse contexto são intensificados conflitos e impactos ambientais sobre os territórios das comunidades ditas “tradicionais”. Através da violência as classes hegemônicas se impõem sobre as demais e criam novas relações que obedecem ao ritmo de acumulação de capital, nesses lugares são (re) criadas manifestações movidas pelas diferenças de estilos de vida e de riquezas, dividindo privilegiados de um lado e excluídos do outro (ALVES, 2015).

Os desdobramentos da geografia desses espaços são acompanhados com atenção pelos governos que visam fomentar o desenvolvimento econômico através de políticas públicas, incentivos fiscais e de infraestrutura de logística. Nesse sentido, desde 2008 ocorreram estudos para balizar tecnicamente a criação de uma nova fronteira agrícola que recobre áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, daí o acrônimo formado pelas iniciais desses estados.

Neste texto buscamos analisar os impactos causados pela expansão do agronegócio no MATOPIBA, destacando a microrregião de Chapadinha, no leste maranhense como recorte central deste trabalho. A realização de um levantamento dos conflitos por terra e da produção da principal cultura agrícola dos estados que compõem a Região nortearam a pesquisa. A consecução dos objetivos foi alcançada a partir das discussões de autores que

discutem o MATOPIBA e de trabalhos de campos realizados pelos autores em municípios da microrregião de Chapadinha¹.

Na primeira parte do artigo analisamos os conflitos socioterritoriais como um dos impactos ocasionados pela nova fronteira agrícola, essa discussão é alicerçada nas discussões coletivas que vem sendo realizadas no Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE). Na segunda parte, apresentamos a estrutura produtiva agrícola a partir do cultivo da soja, voltada ao abastecimento do mercado externo. Por fim, na terceira parte, realizamos uma discussão sobre a resistência camponesa na microrregião de Chapadinha, tomando dentre vários exemplos, os impactos sofridos pelo avanço da fronteira agrícola no Assentamento Santa Tereza, localizado no município de Brejo.

Os conflitos socioterritoriais no MATOPIBA

O Governo Federal, em parceria com os quatro estados que compõem o MATOPIBA, em pouco menos de dez anos investiu em pesquisas e infraestrutura voltadas a atender o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo, no tocante a produção de grãos e fibras voltadas ao mercado internacional. No lançamento do plano de desenvolvimento do MATOPIBA em 2015, a então ministra Kátia Abreu (MDB) anunciou para a região investimentos entre 29 e 66 bilhões até 2035, o que denotava o MATOPIBA como o principal alvo das políticas públicas para o agronegócio no segundo governo Dilma Rousseff.

Apesar dos investimentos, das projeções de crescimento produtivo e de expansão daquela que é considerada a última fronteira agrícola do país, em outubro de 2016 o departamento criado em 2015 para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA, fora extinto por meio decreto presidencial, tendo como justificativa a contenção de gastos. No mesmo dia da extinção a senadora Kátia Abreu (MDB) reagiu no plenário do Senado:

Infelizmente o Mapa [Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba (sic) não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país (MATHIAS, 2017).

As palavras da senadora reforçam que embora tenha havido uma desinstitucionalização federal e que a região tenha deixado de ser considerada área prioritária, ela não deixará de receber investimentos, sejam privados ou públicos. As comunidades que vivem na região continuarão a ser ameaçadas independente de

¹ Os campos foram realizados nos meses de abril e julho de 2017, nos municípios que compõem a microrregião de Chapadinha, sobretudo, aqueles que se destacam na produção de soja, a exemplo de Brejo. Nas ocasiões foram realizadas entrevistas gravadas com lideranças camponesas dos municípios.

institucionalização. O fim do Plano pode até mesmo aumentar ainda mais a invisibilidade das famílias, intensificando e criando novos conflitos socioterritoriais por meio de sua forma velada.

Na esfera federal, o MATOPIBA fora substituído pelo Programa Agro+ que em seu texto promete modernizar o setor agropecuário no país. Com foco inicial na redução da burocracia e na atualização de normas visando o aumento de produtividade da agropecuária brasileira nos próximos anos, buscando atender as demandas do mercado internacional.

O Agro+ traz em sua essência os mesmos objetivos do MATOPIBA, a exploração ilimitada do cerrado para produção de grãos, sem dimensionar as problemáticas ambientais e sociais para os povos que ali vivem. A continuidade dessa expansão coloca em risco a existência de segmentos camponeses secularmente estabelecidos nessas regiões ameaçando, assim, a existência de um modo de vida bastante específico erigido na relação com a terra/território (s). Esses projetos desenvolvimentistas, assim como outros já implantados na região, como é o caso do PRODECER², afetam principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do cerrado, algumas se quer tem suas demandas históricas atendidas, como por exemplo, a regularização de seus territórios.

A Região é ocupada por um grande número de populações tradicionais, que em sua maioria, via de posse, compartilham territórios comuns. Dentro dos limites da Região há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas fundiárias formadas por Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Segundo a EMBRAPA (2018) existem no MATOPIBA, 42 Unidades de Conservação em uma área 8.838.764 ha; 28 Terras Indígenas que juntas possuem 4.157.189 ha; 34 Comunidades Quilombolas divididas em 249.918 ha; e 865 assentamentos rurais cobrindo uma superfície total de expressivos 3.706.699 hectares de terra.

Regiões como a do MATOPIBA podem ser consideradas um espaço de exclusão e de desigualdades sociais. Nesse contexto, a difusão do agronegócio ocorre de forma extremamente excludente, acentuando históricas desigualdades sociais e territoriais do país (ELIAS, 2015).

Além das desigualdades sociais, criam-se impactos negativos referentes a elementos da estrutura agrária. De modo particular, destaca-se as relações sociais de produção que sofrem alterações com a expropriação de camponeses e impõe uma nova dinâmica na concentração de terras, aumentando ainda mais a já concentrada estrutura fundiária.

² O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, é um programa criado 1974 em uma parceria de Japão e Brasil para tornar o Cerrado brasileiro mais produtivo, principalmente, na produção de grãos como a soja.

A fronteira agrícola traz uma série de características favoráveis à sua expansão. Considerando os fatores naturais, destacam-se os terrenos planos e extensos, solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima propício. Um outro fator, diz respeito as dinâmicas de circulação, conforme aponta Huertas (2015) a logística vem sendo modificada, buscando melhorias na rede de circulação de mercadorias para atender, principalmente, o mercado externo. Alia-se ainda o histórico incremento de recursos públicos voltados ao agronegócio.

Todo esse conjunto de condições favorece a expansão da fronteira nos cerrados, através de médios e grandes capitais vindos do sul e sudeste do país, e de capitais multinacionais (SAUER; BORRAS JR, 2016), que aproveitam o baixo valor pago pelas terras. As imensas plantações de soja, mas também de milho, algodão, café e outras produções, cada vez mais avançam vorazmente, sem que isso traduza alguma melhoria para as populações já estabelecidas nesses territórios.

Uma das maiores expressões dessas transformações são os conflitos pela terra, entendidos aqui em sua relação dialética de elemento resultado e resultante de novas dinâmicas territoriais. As transformações antecedem o encontro de divergências, dentro das relações de poder. Assim como Fernandes (2008, 2013), entendemos esses conflitos como parte da conflitualidade inerente as contradições do capitalismo, o conflito é então o enfrentamento dessas contradições, que pode gerar desenvolvimento para um dos lados envolvidos;

Analisando os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos aos quatro estados que fazem parte do MATOPIBA no período de 2000 a 2015, Silva Junior, Wichinieski e Costa (2015) apontam para uma tendência de crescimento dos conflitos na região. Neste intervalo de tempo, conforme os autores ocorreram nos quatro estados, 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra camponeses e povos tradicionais, sendo que 1.643 conflitos ocorreram dentro da área delimitada pelo MATOPIBA, equivalendo a 53,4% dos casos.

Levando-se em conta as categorias sociais desagregadas do campesinato e dos povos tradicionais, os posseiros constituem o grupo que mais sofreu violência nos conflitos dentro do território delimitado como MATOPIBA, com 768 ocorrências; seguidos dos quilombolas, com 221; e os trabalhadores sem terra, 220; os assentados com 187 casos, povos tradicionais com 73 e os indígenas com 56 ocorrências (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2015).

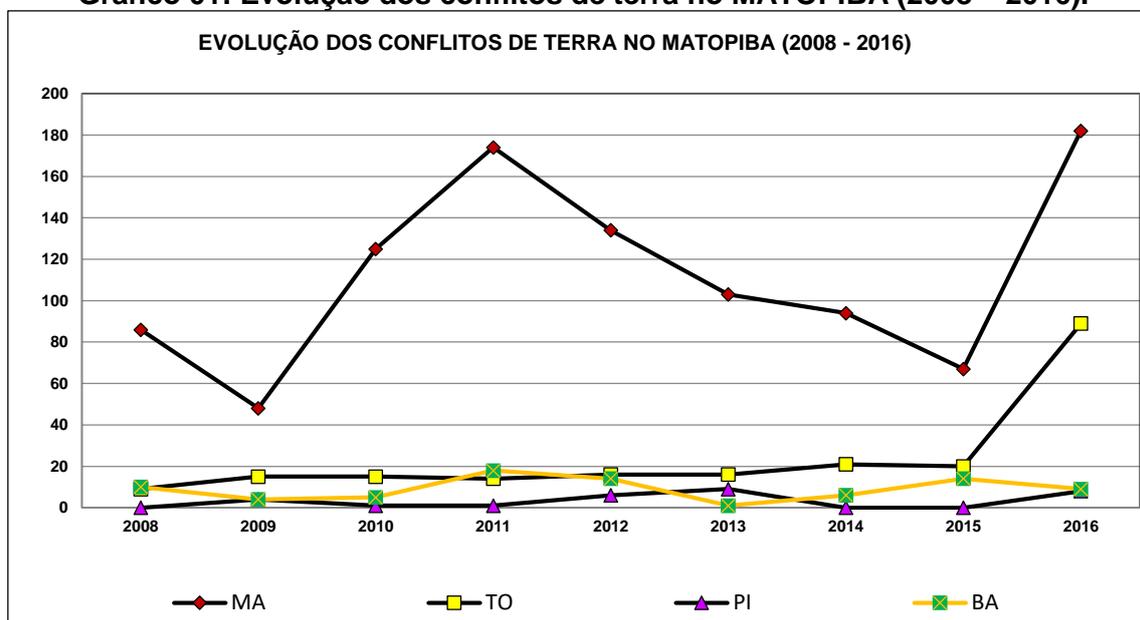
Tendo como referência o ano de 2008, início dos primeiros estudos que balizaram a criação da Região, até o ano de 2016 quando houve a sua desinstitucionalização federal, contabilizamos 1.343 conflitos por terra. Desse total, o Maranhão registrou 1.009 casos, o correspondente a 75% do total. Logo em seguida, no estado do Tocantins foram registrados

215 casos, o que equivale a 16% dos conflitos. Os estados da Bahia e do Piauí, respectivamente, registram 84 e 35 conflitos por terra, em dados percentuais, isso responde a 6% e 3% dos conflitos por terra registrados no MATOPIBA (CPT, 2008, 2016).

Os principais sujeitos sociais envolvidos nesses conflitos são os posseiros, ao todo foram registradas 643 ocorrências envolvendo essa categoria, o que representa 48% dos conflitos na Região. Os conflitos não afetam somente aqueles que não tem a propriedade da terra, tomamos como exemplo as comunidades quilombolas que possuem o direito à terra assegurado constitucionalmente, mas ainda assim o capital ignora essas populações, no recorte temporal analisado, foram registrados 272 conflitos com famílias quilombolas, o que representa 20% dos casos. Sem terras e assentados seguem a lista dos que mais estiveram envolvidos em conflitos, respectivamente, as categorias contam 153 e 114 casos, percentualmente esses números correspondem a 11% e 8%. Foram registrados ainda conflitos envolvendo: indígenas (93), camponeses de fecho de pasto (35), ribeirinhos (22), pequenos proprietários (5), atingidos por barragens (3) e quebradeiras de coco babaçu (3).

O gráfico 01 apresenta a evolução dos casos de conflitos por terra no MATOPIBA, entre os anos de 2008 e 2016. Chama atenção o crescimento dos conflitos, sobretudo, a partir da institucionalização do departamento responsável pelo desenvolvimento da região em 2015.

Gráfico 01: Evolução dos conflitos de terra no MATOPIBA (2008 – 2016).



FONTE: CPT (2008, 2016).

ORG: Os autores, 2018.

No tocante as famílias que estiveram envolvidas em conflitos de terra no MATOPIBA no período analisado, os números também se apresentam grandiosos. No total, foram registradas 71.428 famílias que vivenciaram situações litigiosas pelo uso, posse e propriedade da terra. As famílias posseiras aparecem como as que mais estiveram em conflitos, na soma

constam 27.150 famílias, isto é, 38% dos casos. Logo em seguida vem as famílias quilombolas, 17.860, o que representa 25% dos casos. A terceira categoria a registrar o maior número de conflitos foi a dos sem-terra, com 9.247 famílias, o que representa em termos percentuais 13% das famílias em conflitos na região.

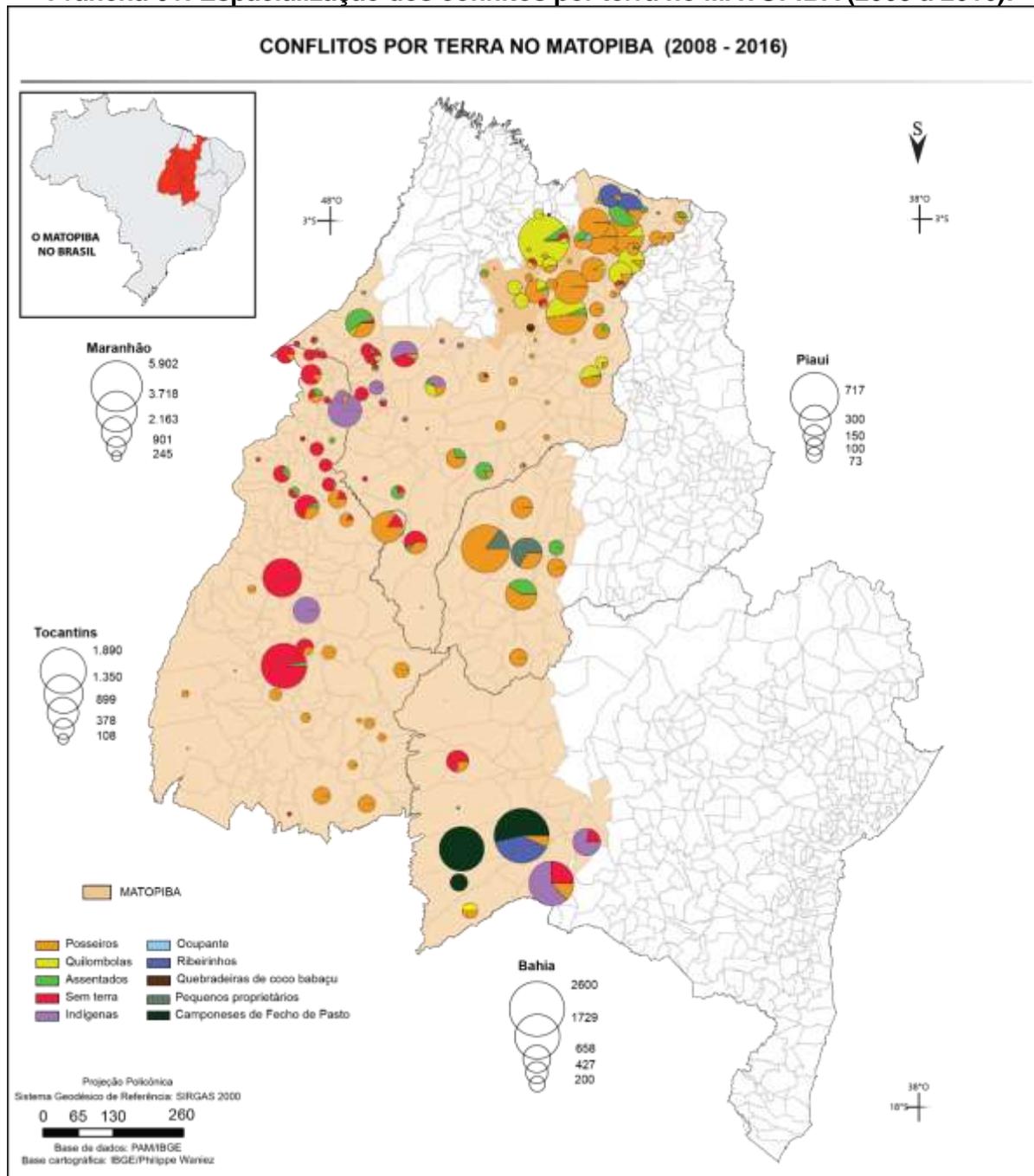
Na Prancha 01 temos a espacialização das famílias envolvidas em conflitos. O estado do Maranhão registra 52.047 famílias, em termos percentuais, equivale a 73% dos números da Região, de longe, é o estado líder em conflitos no MATOPIBA e no Brasil, conforme aponta Sodré (2017) o leste do estado registra a maior concentração de conflitos, resultado da expansão do agronegócio no estado. Possesores, quilombolas e assentados são as principais categorias em conflitos.

O Tocantins, estado totalmente coberto pelo MATOPIBA, teve 10.925 famílias em conflitos, 15% das famílias da Região. Entre as famílias em situações litigiosas, em primeiro lugar estão os sem-terra, seguido de indígenas e quilombolas.

A Bahia soma 6.707 famílias em conflitos, o que corresponde a 9 % dos casos. Desagregando as categorias, os camponeses de fecho de pasto são os principais envolvidos em conflitos no oeste baiano, seguido de quilombolas e ribeirinhos.

O Piauí registra os menores números de famílias em conflitos, 1.749, ou seja, 2% dos conflitos do MATOPIBA. O estado apresenta apenas quatro categorias em conflitos, na ordem da quantidade de famílias em conflitos são: possesores, pequenos proprietários e assentados.

Prancha 01: Espacialização dos conflitos por terra no MATOPIBA (2008 a 2016).



FONTE: CPT (2008, 2016).
 ORG.: Os autores, 2018.

Os campos de soja tomam o campo no MATOPIBA

Os cerrados do centro-norte brasileiro, que até a década de 1960 era ocupado em grande parte pela diversidade da agricultura camponesa, dos povos tradicionais e da pecuária em sua forma extensiva, passou por transformações e ganhou centralidade no contexto da produção agrícola nacional, sobretudo, da produção de grãos para o mercado mundial (LIMA, 2015).

O agronegócio globalizado se realiza totalmente, mediante a um dialética entre as ordens global e local, regiões produtivas como o MATOPIBA fazem parte de uma rede que se conecta aos centros de poder e consumo em nível mundial, escalas locais e regionais se articulam com a internacional e os territórios passam a se organizar segundo as imposições do mercado, comandado por empresas nacionais e multinacionais (ELIAS, 2015).

Nesse contexto, tomando como exemplo a produção de soja, principal cultura agrícola das exportações brasileiras, Oliveira (2006) destaca que a expansão da área cultivada e do volume produzido desta oleaginosa no território nacional inicia a partir do Sul do país, situação que permitiu à região posição de destaque no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 1990.

Posteriormente a expansão da área cultivada com soja foi direcionada principalmente para as áreas de cerrado da região centro-oeste tornando-a principal produtora nacional e em seguida, para as regiões Norte e Nordeste, sendo cultivada nos estados do Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí (ALVES, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Destaca-se que o processo de expansão da produção de soja no território brasileiro contou com forte participação do Estado, seja através da criação de infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário e aquaviário) para viabilizar as exportações, como por meio do fomento à pesquisa e crédito agrícola (BERNARDES, 2007).

No caso específico do crédito agrícola, destaca-se alguns programas governamentais que foram implantados nos cerrados da Região em estudo, como o PRODECER, já aqui mencionado, que na sua segunda etapa foi direcionado para o oeste baiano e a terceira para o Maranhão e Tocantins (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000; SOUZA FILHO, 1995).

Nesse contexto, no processo de expansão e implantação da produção de grãos, sobretudo a soja no MATOPIBA, o Estado foi o principal indutor, através da criação de políticas públicas, transformando a região numa das maiores produtoras e exportadoras dessa *commodity* no país. Assim, em todos os estados da região, a soja apresenta expressiva participação na balança comercial, conforme podemos ver na Quadro 01.

Quadro 01: Participação das exportações de soja no MATOPIBA no ano de 2017.

| Estado | Ordem de participação | Participação no total (%) | Toneladas |
|-----------|-----------------------|---------------------------|---------------|
| Maranhão | 2 | 23,41% | 1.887.820,349 |
| Tocantins | 1 | 79,47% | 2.014.962,449 |
| Piauí | 1 | 84,06% | 5.371.973,909 |
| Bahia | 2 | 11,77% | 1.084.654,478 |

FONTE: MDIC (2018).

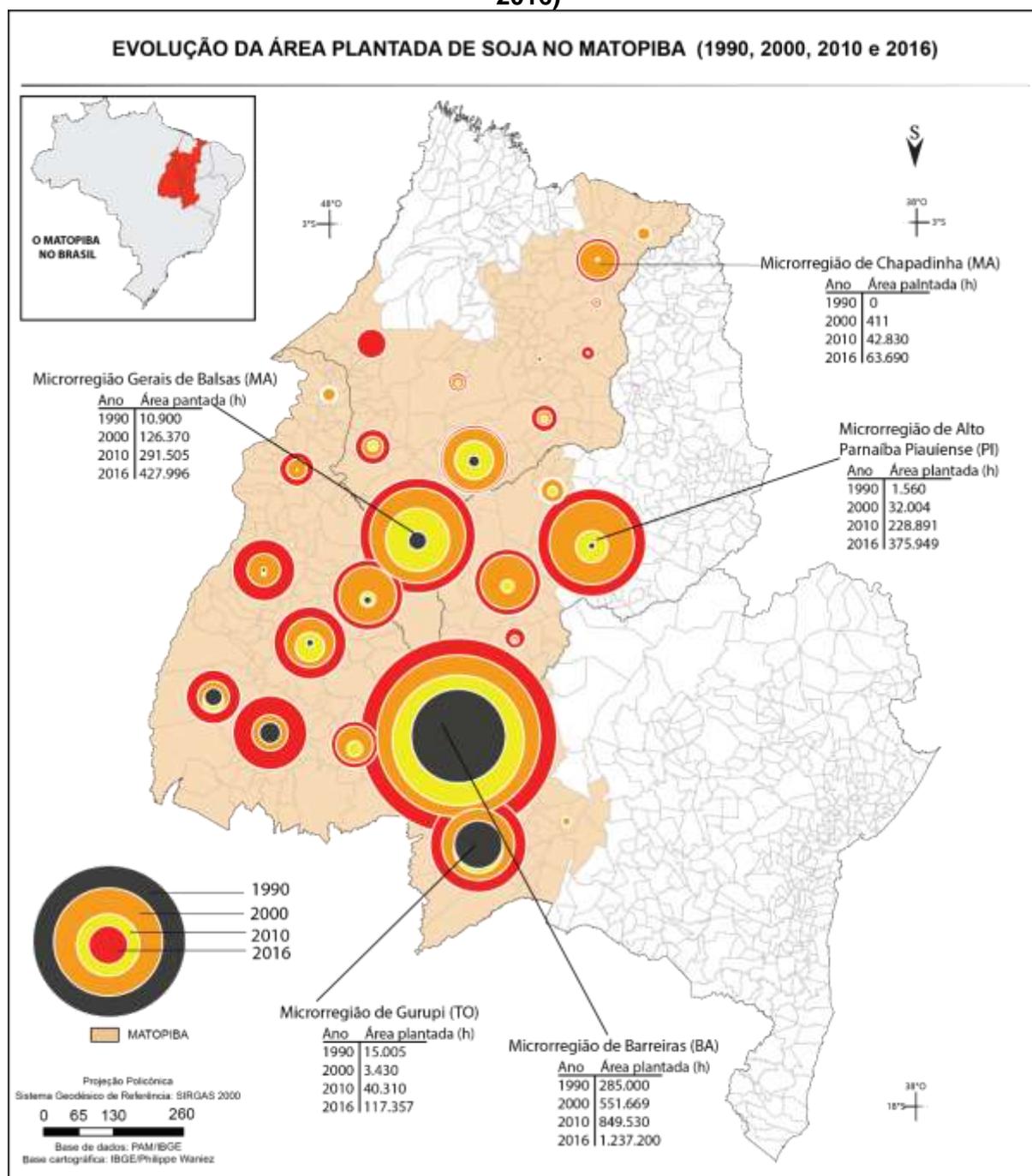
ORG.: Os autores, 2018.

Dos quatro estados, em dois a soja é o principal produto exportado e nos demais é a

segunda principal mercadoria. Em 2017, no Piauí, a soja foi o produto mais exportado, 5.371.973,909 toneladas, o correspondente a 84,06% de todas as exportações do estado. O Tocantins vendeu ao mercado externo 2.014.962,449 toneladas, o que representou 79,47% de todas suas exportações. A soja correspondeu a 23,41% das vendas do Maranhão ao mercado externo, em termos absolutos foram vendidas 1.887.820,349 toneladas. A Bahia por sua vez, exportou 1.084.654,478 toneladas, percentualmente esses números equivalem a 11,77% das exportações do estado baiano. Esses estados seguem a tendência nacional, onde a soja é o principal produto da economia brasileira.

As exportações incentivam a corrida por mais produtividade, o que requer o uso do que há de mais moderno em tecnologias e da incorporação de novas áreas e territórios, conforme podemos analisar na Prancha 02, que traz a espacialização da evolução da área plantada de soja no MATOPIBA.

Prancha 02: Evolução da área plantada com soja no MATOPIBA (1990, 2000, 2010 e 2016)



FONTE: SIDRA/IBGE.
 ORG.: Os autores, 2018.

Por meio da análise da Prancha 02 observa-se que o oeste baiano é a região, no contexto do MATOPIBA, que lidera a produção de soja na Região com destaque para a microrregião de Barreiras. De acordo com Alves (2006) nessa região encontram-se instaladas importantes empresas privadas processadoras de soja, a exemplo das multinacionais Bunge Alimentos e Cargill.

O Tocantins é outro estado que vem se destacando na produção de soja no

MATOPIBA, principalmente no início dos anos 2000, destacando-se as microrregiões de Dianópolis, Gurupi e Miracema do Tocantins. Conforme Lima (2014), a partir de 2010 os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso e Mateiros lideram a produção de grãos neste estado.

No caso do Piauí, a produção de grãos está concentrada, sobretudo, na microrregião Alto Parnaíba Piauiense com destaque para o Uruçuí. Alves (2006) menciona que o salto na produção de soja no cerrado piauiense ocorreu principalmente a partir de 2002, período em que a empresa Bunge Alimentos iniciou a instalação de uma fábrica de esmagamento dessa oleaginosa naquele município, desencadeando uma expansão da produção sojícola no cerrado piauiense para atender as demandas da empresa.

O Maranhão, por sua vez, é o segundo do ranking em produção de soja no MATOPIBA, com área de produção concentrada na microrregião Gerais de Balsas. O processo de expansão da produção de soja no estado se iniciou nos anos 1990, estimulado em grande medida por políticas públicas como Programa Corredor de Exportação Norte e PRODECER III (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2008b; PALUDZYSZYN FILHO, 1995).

A partir dos anos 2000 há a expansão da produção de soja para outras regiões do cerrado maranhense, como por exemplo, a microrregião de Chapadinha, que dentre as outras regiões é a que apresenta maior proximidade geográfica do Porto do Itaqui, de onde a soja é exportada. Não por acaso, essa microrregião apresenta o maior crescimento da área plantada de soja no estado do Maranhão, tomando como referência o recorte temporal 1990 - 2017.

A resistência camponesa e a soja na microrregião de Chapadinha: o caso do PA Santa Tereza

A microrregião de Chapadinha, pertencente à mesorregião Leste Maranhense, apresenta uma área territorial de 10.030,543 km² e uma população total de 219.825 habitantes (IBGE, 2010). É composta por nove municípios, sendo eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

Conforme a literatura especializada, a microrregião de Chapadinha é a região no Leste Maranhense que se destaca na produção de grãos, principalmente soja, concentrada nos seguintes municípios: Brejo, Buriti, Anapurus e Mata Roma (ALMEIDA, 2017; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; GOMES, 2012; NASCIMENTO, 2011).

A área que atualmente compreende a microrregião de Chapadinha foi ocupada por camponeses de diversas origens desde a primeira metade do século XIX, movimento esse que se estendeu ao Maranhão central e ocidental até o século XX. A migração nordestina no século XIX foi decisiva para a eclosão e extensão da Balaiada, importante movimento social

ocorrido no Maranhão e que teve na região aqui enfocada uma das principais áreas de ocorrência desta revolta (ASSUNÇÃO, 2015).

Essa frente de expansão camponesa, foi formada por indígenas, descendentes forros e aquilombados de escravos africanos e migrantes nordestinos, sobretudo, de cearenses que foram incorporando novos territórios, se constituindo na base da formação do campesinato da região (ASSUNÇÃO, 2008, 2015).

A formação desses territórios que em geral foram se constituindo nas imediações da plantation, levou ao desenvolvimento de sistemas de uso comum. Terras comunais e situações conhecidas atualmente como terras de preto, terras de santo e terras de índio estabeleceram-se muito antes da Abolição (ASSUNÇÃO, 2015; SOUZA FILHO, 2008).

Mesmo com a desestruturação das grandes unidades de produção, os camponeses aí permaneceram, adotando práticas específicas de uso da terra e dos recursos naturais, formando uma base econômica autônoma e independente da influência das grandes lavouras do passado (PAULA ANDRADE, 1995). A partir das primeiras décadas do século XX, segundo Velho (2013), iniciou-se uma penetração de nordestinos no Maranhão, em busca de terras e fugindo das secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio Nordeste.

Nos anos 1990, Paula Andrade (1995) em trabalho de campo em municípios da microrregião de Chapadinha, identificou a presença de pelo menos sete segmentos camponeses na região, sendo eles:

[...] os pequenos proprietários, que detêm o título da terra, em geral os homens mais velhos; os herdeiros da terra de herança sem partilha; os parentes desses herdeiros que, embora não tenham o direito à terra permanecem morando e cultivado nas terras dos parentes, nos limites do povoado; os parentes desses herdeiros que apenas residem nos limites desses povoados, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de latifundiários ou de outros pequenos proprietários; os herdeiros de terras de herança que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades, quando suas terras encontram-se exauridas, ou que os limites do povoado só comporta as residências; os moradores de terras de preto, que as usufruem em comum; os herdeiros, ou pequenos proprietários que ocuparam terras de chapadas limítrofes às propriedades, tornando-se posseiros (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34).

Essas diferentes categorias de camponeses foram se territorializando a partir da instalação dos chamados povoados, geralmente próximos as áreas mais úmidas de importantes cursos d'água da região, apresentando denominações como: grotas, brejais, lagoas, rios, riachos, braços de rios e córregos (PAULA ANDRADE, et al, 2012). Os camponeses, aí estabelecidos, realizam também o cultivo de alimentos básicos, a exemplo da mandioca, arroz e milho conjuntamente a extração de mel e, principalmente frutas nativas como o bacuri e o pequi, além da caça, pesca e criação de animais de grande e pequeno

porte em áreas de cerrado denominadas baixão, capão e chapada (GASPAR, 2013; MORAES, 2009; PAULA ANDRADE, 1995).

Desse modo, os camponeses secularmente estabelecidos na microrregião de Chapadinha, constituíram um modo de vida bastante singular, pautado em regras de relação com a terra e demais recursos da natureza. Nesse contexto, resultam de práticas organizadas, mobilização de recursos materiais e intelectuais de diferentes tipos, vinculados a contextos e situações específicas (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

A partir dos anos 1980, essa região foi ocupada por grandes grupos econômicos, a exemplo do Grupo João Santos; Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) e seu braço florestal, na época, a Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), Comercial e Agrícola Paineiras pertencente ao Grupo Suzano Papel e Celulose. Além disso, partir dos anos 1990, chegaram à região os chamados *gaúchos*³ (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; PAULA ANDRADE, 1995).

A introdução e expansão da produção de soja para a região está relacionada aos trabalhos de pesquisa realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e Empresa Maranhense de Pesquisas Agropecuárias (EMAPA), num primeiro momento e, posteriormente, as iniciativas dos chamados *gaúchos* e também das empresas que lá se instalaram como a Prio e SLC.

A introdução de cultivos experimentais na região se inicia na primeira metade da década de 1990 e a partir do seu final, se expandirá com vistas à comercialização no exterior. Assim, a inserção da soja na microrregião de Chapadinha fez com que a região fosse apontada pela mídia nacional como uma nova fronteira da produção de soja no Brasil (CARNEIRO, 2008).

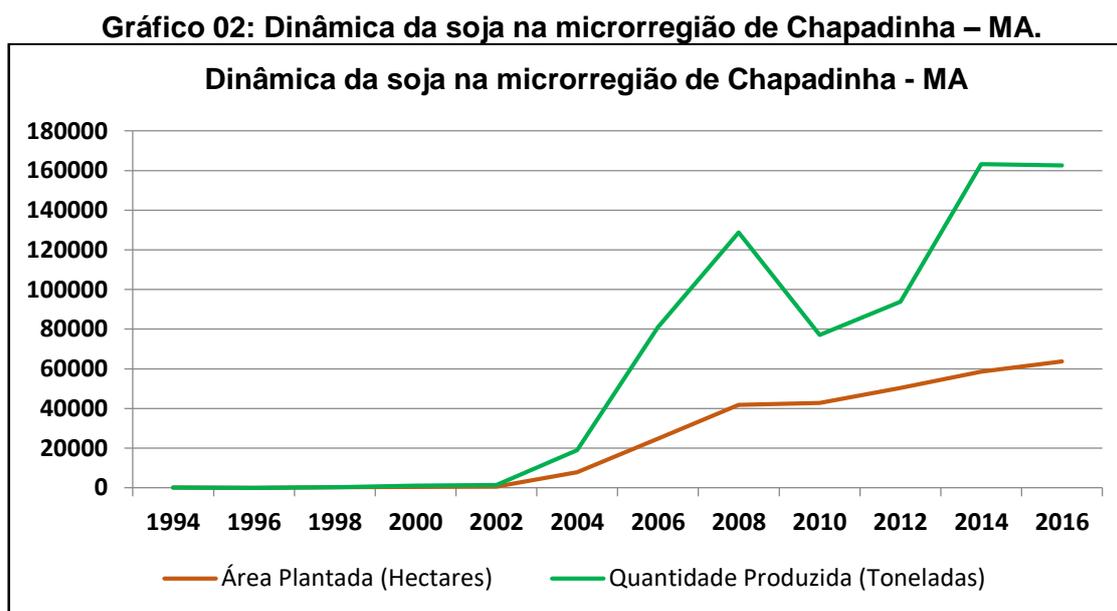
Gaspar (2013) em estudos sobre os deslocamentos dos *gaúchos* para essa região do Maranhão, destaca que a vinda destes produtores não ocorreu por meio de projetos de colonização oficial a exemplo das famílias sulistas que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para o centro-oeste e sul do Maranhão. E muito menos, de uma espécie de ramificação daqueles que já se encontravam no sul do estado (GASPAR, 2013).

Após seu estabelecimento na microrregião de Chapadinha, os *gaúchos* se apropriaram das áreas de *chapadas*⁴ que foram vendidas por latifundiários da região a preços baixos. Nesse contexto, essas áreas que outrora eram utilizadas pelos camponeses para as atividades extrativas e criatórias foram transformadas em extensos plantios de soja.

³ É uma categoria genérica utilizada pela população local para se referir àqueles indivíduos oriundos de estados da região sul e sudeste do país.

⁴ Chapadas é um termo utilizado pelas populações camponesas do leste maranhense e outras regiões do estado para se referirem às áreas de cerrado.

A partir dos anos 2000 (Gráfico 02), a produção de soja na microrregião de Chapadinha avança em diferentes municípios, tendo como principais fatores sua proximidade em relação ao Porto do Itaqui, a possibilidade de escoamento da produção agrícola através da BR-222, a crescente liberação de crédito rural (CAMPELO, 2000; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013) e a inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM). Além disso, a microrregião de Chapadinha encontra-se inserida na delimitação territorial do MATOPIBA, podendo ser diretamente beneficiada com os investimentos direcionados para esta grande região de produção de commodities.



FONTE: SIDRA/IBGE
ORG.: Os autores, 2018.

De acordo com Gaspar (2013), na microrregião de Chapadinha os estabelecimentos agropecuários utilizados para produção de soja apresentam dimensões que variam de 500 a 3.000 hectares. Nesse sentido, os estabelecimentos inferiores a mil hectares se referem principalmente aqueles explorados por pequenos produtores, enquanto os com extratos de área superior a mil hectares, estão relacionados a empresas instaladas na região, a exemplo da Parceria Agropecuária Strobel do Rio Grande do Sul, sediada na Fazenda Europa, no município de Mata Roma.

A Schneider Logemann & Cia (SLC Agrícola) foi uma das primeiras empresas a ser instalada na microrregião de Chapadinha, mais precisamente no município de Buriti (Fazenda Palmeira), embora não se encontre mais na região após a venda de sua propriedade. É uma empresa especializada na produção de soja, milho e algodão, além de outros cultivos como cana de açúcar, girassol e trigo, se constituindo numa das maiores de terras no cerrado brasileiro (GASPAR, 2018).

Ademais, existem, também, na região, escritórios das multinacionais como Cargill, Bunge, CHS e do grupo Algar Agro, ambos sediados às margens da BR – 222 no município de Anapurus. A CHS é uma multinacional norte-americana que atua na comercialização da soja em vários estados brasileiros, possuindo no Porto do Itaqui, um terminal para exportação de grãos (BONATO, 2014).

As empresas Algar, Cargill, Bunge e CHS desenvolvem na região atividades como a compra dos grãos junto aos produtores locais. Outras, como Cargill e Bunge, segundo informações de seus representantes, estendem seu ramo de atuação para a parte de financiamento da produção.

Depois de adquirida pelas multinacionais presentes na região, a soja produzida na microrregião de Chapadinha tem como destino quase que exclusivamente à exportação, mais precisamente para o mercado asiático, com destaque para a China que, segundo informações da representante comercial da Cargill no município de Anapurus, 70% dos grãos são direcionados para esse país.

A chegada dos agentes empresariais ligados ao agronegócio na região foi responsável pela desestruturação dos territórios camponeses por meio do processo de aquisição de terras através de atos ilícitos, desmatamento do cerrado e expropriação de moradores dos seus povoados. Tal situação fez eclodir várias situações de conflitos pela terra na região, sendo que em alguns casos, essa movimentação camponesa foi responsável pela criação de projetos de assentamentos rurais, a exemplo do Projeto de Assentamento (PA) Santa Tereza, localizado no município de Brejo.

O PA Santa Tereza criado no ano de 2008 e apresenta uma área territorial de aproximadamente 454 hectares onde vivem em torno de 35 famílias. O processo de luta pela terra da área que compreende o assentamento Santa Tereza teve início, conforme informações das lideranças locais por volta dos anos 1990, época em que viviam na condição de agregados, pagando renda pelo uso da terra para um grande proprietário da região.

Nos anos 1990, com a forte especulação do preço da terra na região, ocasionada pelo início dos plantios de soja na microrregião de Chapadinha, aquele se intitulava proprietário das terras, vende a área mesmo com a presença dos moradores, para os chamados *gaúchos* que nos anos 2000 deram início a derrubada do cerrado para plantio de soja.

Em função do avanço dos plantios de soja nas proximidades do povoado, os camponeses passaram a lutar pelo processo de regularização fundiária através do INCRA, de uma terra de aproximadamente 800 hectares que englobava além das moradias, uma área de *chapada* ainda não desmatada. No entanto, como forma de dificultar o processo de desapropriação da área, o chamado *gaúcho* procede à divisão da terra em dois lotes de 400 hectares.

Mesmo com a estratégia de parcelamento da terra para dificultar o processo de regularização fundiária, os camponeses conseguiram no ano de 2008 por meio do INCRA, a desapropriação de uma área de aproximadamente 454 hectares intitulada PA Santa Tereza I. Em função do tamanho da área desapropriada não ser suficiente para as 60 famílias que a época residia no povoado foi feito um acordo entre os moradores para o cadastramento de 35 famílias.

Embora nem todas as famílias do PA Santa Tereza estejam cadastradas no INCRA enquanto beneficiários da Reforma Agrária, os moradores destacam que os mesmos direitos que estes possuem de usufruir a área desapropriada em relação àqueles denominados assentados.

Apesar da desapropriação de apenas 454 hectares, as famílias de Santa Tereza continuaram utilizando toda a terra como sempre o faziam, mesmo com a área sendo repassada pelo antigo proprietário aos chamados *gaúchos*. Essa estratégia tem proporcionado à reprodução das famílias, situação que se tornaria impossível caso permitissem que a área fosse desmatada para plantio de soja, como destacado na fala do Entrevistado 1, uma das lideranças do assentamento:

Entrevistado 1: [...] Aí ficou uma área só. Aí o quê que nós fizemos? Que essas áreas mesmo nós já trabalhava aqui dentro, quem morava aqui dentro, os mais velhos já trabalhavam nessa área aqui [...].

Pesq: [...] **vocês utilizam né?**

Entrevistado 1: é nós utiliza, faz algum carvão, no tempo de bacuri apanha bacuri lá dentro e nós não deixa desmatar não, já quiseram desmatar esses outros [gaúchos] que compraram, nós não deixa não [...]. (Informação Verbal. Grifos nossos)⁵.

No entanto, mesmo após passarem pelo processo de regularização fundiária e juridicamente se encontrarem na condição de assentados, os moradores de Santa Tereza relatam as inúmeras tentativas dos sojicultores de desmatar a área que é utilizada pelas famílias para desenvolvimento das atividades agrícolas. Entretanto, os moradores têm impedido essa ação através de vários meios, inclusive com ameaça de destruição de tratores, como fica explicitado no depoimento a seguir:

Entrevistado 1: [...] Fomos lá na chapada o trator velho vinha lá, quem foi com espingarda foi, foi um mucado de gente pra lá, só que ninguém chegou a queimar trator não viu? Agente foi só lá pra eles não entrar e tudo bem.

Pesq: **aí eles recuaram!**

⁵ Informação fornecida por uma das lideranças do PA Santa Tereza em trabalho de campo realizado no mês de abril de 2017.

Entrevistado 1: aí recuaram. Não eles não entraram não, ficaram mesmo só na deles e pronto, aí não derrubaram na nossa mesmo que agente tava protegendo não. Aí eles nunca desmataram não. Já tentaram, eles ficam arrudiando por longe querendo desmatar mas agente não abriu, não deixou não. Inclusive esse aqui agora, esse ano, esse ano bem aqui, esse ano já, esse lado aqui, os cara já vieram pra querer desmatar, essa área pra cá. [...] Aí os meninos souberam aí ligeiro foram lá: rapaz não desmata não! E não venha desmatar não que se nós vier a comunidade aqui nós vamos arrebentar com trator, com tudo, com quem tiver aqui e não venha mais não! (Informação Verbal. Grifos nossos).

Nesse contexto, embora tenham conseguido a regularização de uma parte da terra e passado a se apropriar de outra, os camponeses do PA Santa Tereza enfrentam sérios problemas com a lavoura da soja nas proximidades. Além das ameaças constantes de invasão das suas terras, soma-se a isso o fato de estarem, como se referem, no “meio dos campos” reclamam principalmente do chamado veneno colocado em praticamente todas as etapas do ciclo agrícola da soja, sendo responsável pela contaminação dos recursos hídricos ainda existentes no assentamento.

A expansão dos campos de soja no PA Santa Tereza pode analisada a partir da Prancha 03, aonde em dois recortes temporais distintos é possível observar as transformações dos campos de soja na paisagem. Enquanto em 1990 não existia produção de soja no município de Brejo, em 2017 observamos extensas áreas recobrando o município, sobrepondo-se a territórios e cercando outros.

Prancha 03: Dinâmica da soja nas proximidades do PA Santa Tereza (1990 e 2017).



FONTE: Google Earth, 2018.
ORG.: Os autores, 2018.

Como já referido em passagens pretéritas, a expansão da produção de soja na microrregião de Chapadinha e, em especial no município de Brejo onde está situado o PA Santa Tereza, ganha impulso a partir dos anos 2000 com ápice de produção em de 2016. Observa-se que apesar de confinados pelos campos de soja, os camponeses do Assentamento resistem ao processo de expansão do capital que tenta tomar seus territórios, apropriados e manejados secularmente.

Considerações Finais

O modelo agroexportador ainda se constitui na principal política dita de desenvolvimento adotada pelo Brasil como forma de crescimento econômico. Esta prática que teve início no chamado período colonial onde o país foi um dos principais fornecedores de produtos (agrícolas principalmente) para o mercado europeu e que teve como marcas principais a concentração da terra e a exploração do trabalho escravo. Este tipo de modelo produtivo apesar de apresentar novas roupagens ainda perdura no país apresentando as mesmas características do período colonial que é a intensificação da concentração da terra, a produção para exportação e a expropriação do camponês da terra.

Tendo como incentivo os diversos programas governamentais, as áreas de cerrado do país foram uma das regiões que receberam a maior carga de investimentos direcionados para sua inserção no mercado globalizado via produção de grãos.

Nesse contexto, destacam-se as várias políticas territoriais direcionadas pelo Estado para dotar as regiões de infraestruturas para facilitar a expansão das diversas atividades vinculadas ao agronegócio, como é o caso da soja. A exemplo dos investimentos em pesquisa científica por meio da criação de empresas como a EMBRAPA; a liberalização do crédito por meio de programas como o PRODECER. E mais recentemente, tem-se a continuidade dessas ações de fortalecimento do agronegócio a partir de iniciativas do governo brasileiro a partir da instituição do MATOPIBA e Agro+.

No contexto específico do Maranhão, segundo maior produtor de grãos do MATOPIBA, a expansão da soja sobre as áreas de cerrado trouxe significativas alterações nos territórios camponeses, sobretudo a partir da conversão das chapadas em campos de soja. Entretanto, destaca-se que mesmo premidos nos seus territórios pela expansão do agronegócio, os camponeses têm se utilizado de distintas estratégias para permanência na terra.

Dentre as várias formas de luta e resistência camponesa em curso no MATOPIBA, envolvendo assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc., trouxemos para discussão o exemplo do PA Santa Tereza, localizado em Brejo, município que se destaca na produção de soja na microrregião de Chapadinha, leste do Maranhão.

No PA Santa Tereza ocorreu e ainda ocorre um intenso processo de luta pela permanência no território. Destacamos que mesmo após passarem para a condição de assentados, enfrentam continuamente as investidas do agronegócio através das tentativas de invasão de suas terras. Além disso, são afetados negativamente por estarem, como se referem, cercados pelos chamados campos de soja.

Referências

ALMEIDA, Juscinaldo G. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo-MA**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

ALVES, Vicente Eudes L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Vicente Eudes L. Introdução. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 11-24.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008. 215 p.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **De Caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2015. 550p.

BERNARDES, Júlia A. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. In: **Revista NERA**, ano 10, n.10, p. 1-10, jan.-jun. 2007.

BONATO, Gustavo. CHS começa a exportar soja pelo Maranhão a partir de junho. **Exame**, São Paulo, 13 fev. 2014. Economia, p.1.

CAMPELO, Gilson J. **Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. 2p.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M.S. **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 75-143.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2008-2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2008-2016.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 25-44.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In BUAINAIN, A.M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.173-230.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In STÉDILE, J.P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.173-238.

FERREIRA, Maria da G. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA**. 2008a. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Antônio J. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008b. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013. 180p.

GASPAR, Rafael B. **Os gaúchos do agronegócio no Leste Maranhense**: estabelecimento e estratégias de reprodução. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Alanildo G. **Dinâmica agrícola do cerrado da Microrregião de Chapadinha – MA**: sua inserção no município de Anapurus. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

HUERTAS, Daniel M. Por dentro da trama de caminhos rodoviários e ferroviários: circulação e uso do território na dinâmica regional. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 45-64.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: 1990-2016. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: junho de 2018.

LIMA, Debora A. A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerrados do centro-norte e o avanço dos monocultivos de soja no Tocantins. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 325-351.

LIMA, Débora A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas.

MATHIAS, Maíra. **Matopiba**: na fronteira entre a vida e o capital. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: agosto de 2018.

MORAES, Maria D. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. Vol. II. p. 131-161.

NASCIMENTO, Silvani M. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja**: duas lógicas de desenvolvimento. 2011. 330 f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Terra Livre**, Goiânia, v.1, n. 26, p. 13-43, jan.-jun. 2006.

PALUDZYSZYN FILHO, E. **A cultura da soja no sul do Maranhão**. Balsas: EMBRAPA-CNPSO, 1995. 34 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de et al. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense** – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos* no Baixo Parnaíba. São Luís: GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012. 225 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, F.G. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT, 1995. p. 15-64.

PIRES, Mauro. Os programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, jan.-dez. 2000.

SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P.; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Santos, B. S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 19-101.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, v. 11. n. 23, p. 6-42, 2016.

SILVA JUNIOR, José P.; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo B. A pílula dourada do agrohidronegócio, o MATOPIBA. In: **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.

SODRÉ, Ronaldo B. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses. In: CONCEIÇÃO, F.G. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT, 1995. p. 243-274.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008. 316 p.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p.

Sobre os autores

Juscinaldo Goes Almeida – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2014); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017); Membro do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGSoc) da UFMA; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-4224-9758>

Ronaldo Barros Sodré – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2015); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017); Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-4643-2103>

José Sampaio de Mattos Júnior – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (1990); Mestrado em Agroecologia pela Universidade Estadual do

Maranhão (UEMA) (2003); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (2010); Docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0593-7612>

Como citar este artigo

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Juscinaldo Goes Almeida** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pelas entrevistas; o segundo autor, **Ronaldo Barros Sodré**, pela discussão teórico-conceitual e pela confecção de mapas e gráficos; o terceiro autor, **José Sampaio de Mattos Júnior**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 29 de agosto de 2018.

Aceito para a publicação em 10 de setembro de 2018.
